

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## Notas sobre a Precarização do Trabalho no Brasil

**José Sergio Leite Lopes<sup>1</sup>**

O surgimento da noção de precarização parece estar associado às modificações na organização da produção no período pós-fordista, dos anos de 1980 em diante, no sentido de diminuir custos e subtrair direitos da força de trabalho. O termo estaria também correlacionado às novas práticas de terceirização—passagem de atividades supostamente não essenciais à finalidade da empresa; passadas a outras empresas, empresas terceiras, com diminuição de direitos dos trabalhadores, com a frequência de contratos temporários de mão de obra.

A noção faz sentido também no contexto de um ataque à sociedade salarial e ao Estado social (como desenhado na conhecida análise de Robert Castel) que foi sendo construído ao longo do século XX nos países centrais da Europa e alguns outros espalhados pelo mundo.

No entanto, a precarização do trabalho parece ser uma dimensão permanente do trabalho sob o capitalismo. No caso do Brasil, que parte de uma história de quatro séculos de escravidão, a precarização do trabalho é uma característica constitutiva de sua formação social. As repercussões desta história vêm sendo estudadas e ainda estão por ser aprofundadas analiticamente. As formas de dominação personalizadas prevalentes na agricultura brasileira – setor que concentra a maioria da população brasileira até os anos de 1960 – têm importância na forma que assume o processo de proletarização e formação de um operariado no Brasil.

---

<sup>1</sup> Antropólogo, professor associado do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia do trabalho e dos trabalhadores, meio ambiente e conflitos sociais, história social das ciências sociais relacionadas ao trabalho e antropologia do esporte.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Nos grandes estabelecimentos agrícolas ocorreram, no início deste século, as transformações pós-escravistas que reproduziram, de maneira diferente, formas de subordinação que muitas vezes tinham continuidade direta com o período da escravidão, como a instituição da *morada* no Nordeste, lá onde prevalecia a agricultura da cana de açúcar, ou com o *colonato* no Sudeste, em torno da cultura do café, subordinando seja as populações (negras) saídas da escravidão, seja os descendentes (brancos ou mestiços) dos ex-"homens livres da sociedade escravocrata" rurais, seja ainda a população de imigrantes trazidos da Europa e do Japão que se concentrou em São Paulo. De fato, aquelas relações estavam impregnadas de uma dominação social forte dos grandes proprietários rurais sobre o restante da população rural, abrangendo não só aquilo que na cidade se poderia designar como "relações de trabalho" no sentido estrito, mas também a moradia, as atividades familiares, éticas, religiosas, culturais e políticas dos trabalhadores rurais. Pensá-las simplesmente como "relações de trabalho" seria reduzir um conjunto de relações a um só de seus elementos (Garcia, 1987: 91-92).

Antes da introdução da regulação do trabalho no campo, as grandes propriedades rurais guardavam relações sociais que se constituíram a partir do fim da escravidão (ou que se iniciaram antes do fim daquele regime jurídico), sob a base de uma grande concentração do espaço físico nas mãos de poucas famílias de grandes proprietários. Aqueles que produziam as riquezas geradas nessas propriedades estavam sob a dependência pessoal do patrão. A própria maneira socialmente aceita de recrutamento para as *plantations*, através do *pedido de morada*, ressaltava esse aspecto da dívida prévia e da dependência personalizada. O seu trabalho era, por exemplo, sistematicamente pago a um valor inferior ao que era feito por trabalhadores não residentes pelas mesmas tarefas; ele devia trabalhar para o patrão um determinado número de dias por semana; e ficava à disposição, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar serviço. Essa relação implicava numa dívida material e simbólica do trabalhador (*morador, colono, agregado*), em relação ao patrão, indeterminada e impossível de ser restituída. No entanto, apesar da generosidade estruturalmente constitutiva da relação de dominação, esta não excluía o uso

[Digite texto]

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

da violência física direta por parte dos proprietários, da qual são materializações as mais eloqüentes a presença e difusão de vigias, *capangas* e milícias privadas por todo o território nacional até recentemente na história brasileira.

Os trabalhadores das fábricas e estabelecimentos urbanos em geral passaram a ser regidos por uma série de leis sociais desde os anos 30, sistematizadas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943. No campo, somente 20 anos depois, em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, essas leis começaram a ser estendidas aos trabalhadores rurais. O lapso de tempo entre aquelas duas datas é significativo de uma dimensão importante da precariedade do ritmo de difusão da cidadania no Brasil, fruto da desigualdade com que as características da cidadania são atribuídas a partes importantes dos trabalhadores, em particular aqueles submetidos à dominação dos grandes proprietários rurais ou agro-industriais.

Vou basear-me, nesta apresentação, da minha experiência direta de pesquisa, assim como da de colegas, sobre o trabalho e a precarização das condições de trabalho; como elas se apresentam antes do período em que o próprio termo de “precarização” aparece, e como esta noção vai se impondo em momentos mais recentes.

Na parte industrial das usinas de açúcar, algo que prefigura a futura noção de precarização do trabalho aparece sob as roupagens das características agrícolas e sazonais da própria produção, o que contribui para naturalizar tais condições de trabalho aos olhos dos agentes. Há uma divisão entre trabalhadores fixos e trabalhadores temporários, que trabalham somente nos períodos de safra. Estes últimos têm contratos de safra e não necessariamente são recrutados na próxima safra. São os *serventes*, operários sem especialização, que trabalham em tarefas auxiliares. Eles podem ter um recrutamento local, em grande parte de jovens solteiros, como podem ser originários de áreas mais distantes do estado ou de estados vizinhos, de áreas de pequena agricultura, para as quais voltam no período de entressafra. O que tem acontecido nos últimos anos, à semelhança do que ocorre na parte agrícola da *plantation* açucareira, é o fato do trajeto geográfico dos trabalhadores temporários ter aumentado, com deslocamentos para estados mais distantes.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

No que concerne aos trabalhadores fixos, que trabalham ano a ano, as usinas já praticavam, desde os anos de 1970, aquilo que depois as empresas institucionalizaram como o “banco de horas”, e que era motivo de reclamações dos operários. Como os trabalhadores da seção de produção trabalham turnos de 12 horas por dia durante a safra, incorporando sempre um terço de horas extras por jornada de trabalho, tais horas extras são anuladas quando há interrupções na produção (chuvas e chegada insuficiente de canas, etc.) e os operários ficam parados algumas horas. O drama dos operários da produção é a alternância entre as longas jornadas de trabalho na safra, mas que propiciam um salário maior, e as jornadas mais curtas na entressafra, quando se tornam ajudantes dos operários de manutenção durante o *apontamento*, a reconstrução da usina que se dá então sob a égide das empreitadas dos *artistas* da manutenção. Nesse período seu salário diminui, o que os faz naturalizar as longas jornadas da safra como mal menor diante da entressafra, conformando-se com um fetichismo do salário-hora <sup>2</sup>.

Vou efetuar aqui uma comparação da situação nas usinas açucareiras com o que se passou recentemente nas indústrias de papel. O processo químico de corrosão dos equipamentos das usinas de açúcar pode ser sanado no período da entressafra da cana e a realização do *apontamento* acaba sendo agendada nesta ocasião, o que coincide para todas as usinas da região. Isto e o fato da ocorrência frequente de imprevistos na produção levam à persistência da permanência dos operários de manutenção junto à usina o ano todo, trabalhando e residindo perto das usinas. No caso das indústrias de papel a independência da safra dos plantios de eucalipto, que conseguem ser produzidos de forma permanente em diferentes terras, levou a uma terceirização dos operários de manutenção que antes eram permanentes nestas fábricas. O período do *apontamento*, de conserto geral da maquinária, passou a ser programado de forma coletiva por diferentes fábricas, possibilitando que uma mesma equipe móvel faça o trabalho em diferentes unidades produtivas de forma sucessiva. Para isto contribuiu a ideologia “gerencialista” de

---

<sup>2</sup> Ver J. S. Leite Lopes, *El Vapor del Diablo. El Trabajo de los obreros del azúcar*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

diminuição de custos, de reengenharia (que não deixa de eliminar os pequenos gerentes, supervisores e engenheiros) e de terceirização de atividades: houve a demissão de muitos destes supervisores da manutenção, que foram incentivados a formarem empresas satélites da fábrica papelreira para organizarem sua manutenção. Os operários de manutenção foram também demitidos, indenizados e conduzidos a trabalharem com seus antigos supervisores sob novos contratos e tornaram-se *peões de trecho*, em analogia com os trabalhadores construtores de obras públicas ou de barragens, que se tornam trabalhadores móveis, permanentemente distanciados da família e da casa. Embora possam eventualmente ter rendimentos elevados em sucessivas empreitadas, a intensificação do trabalho e a eliminação de direitos sociais anteriores traz prejuízos aos trabalhadores deste setor (De Souza, 2008).

Mas é na parte agrícola da *plantation* que algo como uma precarização permanente do trabalho é mais presente. As lutas sociais do pré-1964 (ano do golpe militar no Brasil) acabaram precipitando os proprietários de terra a intensificarem a expulsão de seus *moradores*, com a possibilidade que eles obtivessem direitos sociais; e estabeleceram no período posterior ao golpe militar o recrutamento de trabalhadores já expulsos das propriedades, através de empreiteiros, livrando para estes intermediários a responsabilidade de contratos verbais e temporários. Não é por acaso que estes trabalhadores são chamados localmente de *clandestinos* (no Sudeste, chamados de *bóias frias*), por referência à burla das leis sociais realizadas pelos patrões. Aqui também as formas de trabalho por produção no corte de cana são acompanhadas de roubos na mensuração do produto e no estabelecimento de metas mínimas de produção que sugam a força física dos trabalhadores<sup>3</sup>.

Com o declínio relativo da produção canavieira no Nordeste e sua concentração em São Paulo e em novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste, as migrações menores de trabalhadores sazonais, geralmente no interior dos estados, passou a ser uma migração de

---

<sup>3</sup> Sobre a parte agrícola da *plantation* canavieira, cf. os trabalhos de Moacir Palmeira, Lygia Sigaud e Afrânio Garcia.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

longa distancia. As formas de intensificação do trabalho na cana têm sido denunciadas pelos sindicatos e pelo ministério público do trabalho, e desvendadas analiticamente por estudos acadêmicos e documentários <sup>4</sup>.

A experiência de pesquisa acumulada por mim mesmo e por Rosilene Alvim no que concerne à obreirização de famílias camponesas em fabricas têxteis com vila operária nos leva a ter uma perspectiva histórica da constituição de gerações de trabalhadores que adquirem direitos sociais ao longo de sua trajetória e que têm uma inflexão de precarização ao seu final. Essas famílias foram recrutadas entre os anos 20 e 50 do século XX para uma grande fábrica nos arredores de Recife. As características de caso limite desta fábrica acentuam o aspecto de *plantation* estendida que aparece em várias fábricas têxteis da primeira metade do séc. XX. Assim, além dos operários fixos da fábrica há um contingente de trabalhadores temporários na chamada gerencia externa da empresa, como cortadores de lenha para as caldeiras, plantações de eucaliptos, trabalhadores da construção civil nas dependências da vila operária. Também o numeroso contingente de vigias e trabalhadores domésticos da casa grande patronal não teve durante muito tempo seus direitos sociais reconhecidos e acabaram sendo vistos retrospectivamente como trabalhadores clandestinos relativamente ao direito social. A folha de pagamento destes trabalhadores era denominada de *folha amarela*. A partir do início dos anos 60, com a proximidade do tempo de aposentadoria das levas de trabalhadores recrutados em massa nos anos 30 e 40, muitos deles conseguiram na justiça do trabalho o reconhecimento de seu tempo de serviço para efeitos de aposentadoria.

Aqui a referência é a introdução das leis do trabalho nos anos 30 e 40 no Brasil, não somente nas capitais, onde a fiscalização dos inspetores do ministério do Trabalho é maior, mas também nas fabricas do interior do país, com características próximas às das *plantations*, mas onde as leis sociais acabam sendo reivindicadas e reconhecidas. Os próprios conflitos sociais em torno da introdução da carteira de trabalho nessas fabricas

---

<sup>4</sup> Ver os trabalhos de Marilda Menezes, de Maria Aparecida Moraes e os documentários de José Roberto Novaes.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

são significativos quando comparados com a legitimidade atual deste documento de identificação individual, que serve de base aos próprios indicadores estatísticos de qualidade de emprego – trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores sem carteira, trabalhadores informais, etc. Com efeito, quando da distribuição das carteiras de trabalho aos trabalhadores da fábrica têxtil estudada, há versões entre os trabalhadores do recolhimento destas carteiras por parte da empresa e sua queima nas caldeiras locomotivas que transportavam lenha para a fábrica. Pouco depois a ordem estatal é estabelecida e as carteiras de trabalho implantadas.

No interior da fábrica o trabalho por produção acaba propiciando práticas de apropriação sobre os salários devidos pouco transparentes por parte da administração. Os trabalhadores das seções com salários por produção não conhecem o valor unitário dos fios e tecidos que estão a fabricar, o que impossibilita para eles todo cálculo e previsibilidade quanto aos salários pagos. Além disso, quando dos aumentos de salário mínimo, a fábrica acaba fazendo os cálculos de transformação de salário por tempo para salário por produção rebaixando os valores dos preços dos fios de forma a nivelar os aumentos na proximidade do salário mínimo. Muitas greves dos anos 50 e 60 originaram-se desta prática das empresas.

Uma inflexão na trajetória destas gerações de trabalhadores se dá quando da mudança, durante a ditadura militar, da antiga lei da estabilidade dos trabalhadores com dez anos ou mais de empresa<sup>5</sup>. Com a mudança da lei em 1967, houve uma forte pressão para que os antigos trabalhadores optassem pela nova lei, através de acordos inferiores ao que receberiam pela antiga lei da estabilidade. Muitos aceitaram tais acordos e passaram a trabalhar por salários inferiores em seções com maquinário mais antigo. Aqueles que não o faziam acabaram demitidos e iam à justiça do trabalho buscar seus direitos adquiridos. Houve uma grande movimentação neste período dos anos 70 e início dos 80 com estas

---

<sup>5</sup> Para que fossem demitidos tais trabalhadores deveriam receber de indenização seu último salário multiplicado pelo número de anos trabalhados vezes dois. As somas eram altas e as empresas frequentemente demitiam operários aos 9 anos de casa. Mas muitos ultrapassaram a barreira dos dez anos; muitos dos delegados sindicais foram recrutados pelos sindicatos nesta faixa de maior estabilidade e independência em relação à empresa.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

gerações apesar da vigência da ditadura militar. Através da justiça do trabalho muitos receberam indenizações e uma boa quantidade destes receberam as casas em que moravam como parte das indenizações devidas. O que acabou por possibilitar a permanência de uma memória operária por um tempo maior que quando o fechamento da fábrica implica na desativação e destruição da vila operária.

As novas gerações entraram na fábrica com a nova lei e se submetiam a uma rotatividade maior no trabalho. O fechamento de fábricas nos anos 80, 90 e 2000 agravaram a precariedade do trabalho nas fábricas têxteis da região. A intensificação do trabalho nas fábricas sobreviventes aumentou muito a produtividade com reorganizações da produção, e agravou as novas condições geradoras de doenças profissionais como as lesões por esforços repetitivos. (das epidemias de tuberculose nas fábricas têxteis dos anos 30 a 40, às epidemias de LER nas novas fábricas de hoje).

As epidemias de LER e outras doenças profissionais ocorreram de forma simultânea à precarização das condições de trabalho e das perspectivas de carreira e de futuro objetivo para várias categorias de trabalhadores que passaram por fortes reestruturações da produção ou foram demitidos no decorrer de processos de privatização de empresas. Foi o que ocorreu com a epidemia de LER que sofreram as telefonistas do Rio de Janeiro nos anos 80 e 90 quando dos processos de modernização tecnológica e de preparação para a privatização do setor telefônico <sup>6</sup>.

Também a doença profissional da *leucopenia*, relacionada ao trabalho na seção de coqueria da siderurgia, aparece correlativamente à preparação para a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), assim como aos movimentos sociais dos trabalhadores que recorrem à assessoria sindical dos profissionais da saúde engajados que efetuam uma expertise comprobatória aos efeitos nocivos do exercício profissional em setores perigosos da siderurgia. A diminuição do contingente de operários estáveis da siderúrgica estatal quando de sua privatização e o aumento dos trabalhadores terceirizados e precarizados, com contratos temporários, é um resultado da privatização que se

---

<sup>6</sup> Ver Antonaz, 2001.



# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

implanta<sup>7</sup>. Mas paradoxalmente, se o forte movimento social do sindicato de trabalhadores siderúrgicos dos anos 80 se esgota às vésperas da privatização, ao mesmo tempo esta vitória da nova orientação privatista da direção da empresa traz novos conflitos sociais. É o caso da cláusula de compensação ambiental que a nova empresa privada se obriga a efetuar, cláusula esta embutida no edital de privatização pelas forças políticas estaduais que resistiam à privatização. Abre-se assim, nos anos 90, uma luta contra a empresa por grupos de trabalhadores, autoridades municipais e estaduais e ambientalistas, contra a histórica poluição industrial da CSN, antes compensada simbolicamente pelos benefícios que a empresa estatal trazia à cidade, como governo local de fato. No entanto, assim como Marx refutava em *O Capital* a falácia da chamada teoria da compensação concebida pelos economistas clássicos – onde os empregos perdidos pela introdução de máquinas poupadoras de mão de obra seriam compensados pelos novos empregos criados nos setores produtores das máquinas -- mostrando como esses novos empregos eram em menor quantidade e estavam dirigidos a outras gerações e a outros segmentos de trabalhadores; assim também os trabalhadores deslocados pelas demissões na siderurgia não necessariamente passam a participar do movimento pelo controle social da poluição industrial que faz sua entrada na pauta da oposição ao governo local de fato da companhia; são outros agentes que por ali se articulam.

Também a privatização de companhias de mineração de carvão no Rio Grande do Sul e a consideração de não rentabilidade das minas de subsolo, fazem diminuir os direitos conquistados ao longo do tempo pelos mineiros e reduz seu contingente e afeta o modo de vida da comunidade de famílias de trabalhadores. As novas gerações de ex-mineiros e filhos de mineiros acabam procurando trabalho nos poucos empregos de minas de superfície, ou de trabalhos temporários em empresas de plantação de eucaliptos, ou ainda procuram empregos mais longínquos na construção de barragens e obras públicas.

---

<sup>7</sup> Neste caso seria interessante comparar com os casos de privatização da siderurgia e do petróleo na Argentina, como nos casos estudados entre outros por Cynthia Rivero, Hernan Palermo, Julia Soul e Nuria Gringer. Para o caso brasileiro ver *A ambientalização dos conflitos sociais*, J.S. Leite Lopes, Diana Antonaz, Rosane Prado e Gláucia Silva (com a participação na comparação argentina estudada neste livro de Beatriz Heredia e Ricardo Rozendo).

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Enquanto isso os ex-mineiros e suas famílias tentam preservar algo de sua sociabilidade anteriormente construída na sua comunidade de trabalho tradicional, através das redes familiares, religiosas e esportivas (como na persistência dos times locais de futebol) (Cioccarri, 2010).

Se a perda de empregos repercute entre os trabalhadores masculinos através da mobilidade e da partida da casa, da família e da localidade, na procura por novos trabalhos, mesmo longínquos; a perda de empregos femininos frequentemente se resolve na volta para o trabalho doméstico ou a domicílio. Tal é o caso da reestruturação produtiva do setor de confecção em Friburgo, Rio de Janeiro. A passagem da produção de montagem em esteira para o trabalho por células, do trabalho por produção contabilizado por indivíduo para a responsabilização da produtividade da equipe ou célula, e da correlativa diminuição dos empregos fabris, acabou sendo paralela à demissão e liberação de operárias mais antigas e à formação de empreendimentos a domicílio por parte destas ex-operárias para a produção por conta própria para as antigas fabricas ou para pequenas novas empresas e para agentes intermediários. Aqui a intensificação do trabalho a domicílio e suas longas jornadas de trabalho se atenuam pelo controle do seu ritmo no domicílio e na vida familiar e de vizinhança (Ribeiro, 2009). E em alguns lugares onde a confecção surge independentemente de antigas fábricas, como é o caso das cidades em torno de Caruaru, Pernambuco, a velocidade com que pequenas confecções de fundo de quintal acabaram crescendo com a utilização de uma força de trabalho informal, sem carteira assinada, parece propiciar uma legitimidade local, pelo menos temporária, a este pleno emprego fruto do desenvolvimento desta atividade. As tentativas estatais recentes de atrair os pequenos produtores a um mínimo de formalidade, contribuindo para sua aposentadoria e assistência de saúde, parecem reconhecer a legitimidade de tais atividades, por sua própria inevitabilidade.

Também pesquisas em desenvolvimento sobre trabalhadores em novas áreas de agronegócio ou em áreas de construção de barragens, fazem o tema da mobilidade do

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

trabalhador aparecer fortemente<sup>8</sup>. Aqui entra em cena uma tradição de mobilidade de redes masculinas de jovens trabalhadores, que fazem da necessidade virtude e por detrás dos aspectos de exploração do trabalho que aparecem em seus empregos temporários sucessivos, figura um gosto pela aventura e pelo deslocamento em busca de novos trabalhos por terras distantes.

Nos trabalhos fixos e estáveis como o caso já narrado das fabricas têxteis do século XX, da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ, ou nas redes e comunidades de operários industriais na área metropolitana de São Paulo, o trabalho, a casa e a família podem se constituir em proximidade; e são assim altamente prezados pelas famílias de trabalhadores. Um caso em que isto aparece fortemente é o recrutamento de famílias camponesas com grande número de filhas e que são cobiçadas pelas fabricas têxteis no período de sua expansão na primeira metade do séc. XX. Esta era uma oportunidade para que estas famílias camponesas permanecessem com seus membros familiares juntos, havendo trabalho para membros masculinos e membros femininos. Já no caso da formação da classe operária em São Paulo nos anos de 1950 aparece um contingente importante de trabalhadores migrantes, os chamados “operários de origem rural” da sociologia do trabalho paulista (e internacional) desta época<sup>9</sup>. Muitas vezes o trabalhador migrante vem sozinho na frente e posteriormente traz (ou não) seus grupos familiares. Essa aventura masculina inicial pode dar origem a uma carreira operária e a uma comunidade operária estável, como no caso de muitas localidades do ABC paulista, e que foi a base do movimento operário do final dos anos 70 e dos anos 80. Mas ela pode dar origem também a movimentos menos fixos, como a busca do trabalho por conta própria, o pequeno comércio e a volta para as áreas de origem. Naquele momento esses movimentos articulavam-se numa conjuntura de forte crescimento do emprego industrial, e este centro fabril articulava os outros movimentos de direção centrípeta. Já o período

---

<sup>8</sup> Ver Ariana de Cássia Rumstain (2009) y André Dumans (2010).

<sup>9</sup> Por exemplo, Juarez Brandão Lopes (1964); Alain Touraine e Orietta Ragazzi (1961).

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

mais recente de precarização do trabalho e do emprego, nos anos 90 e 2000 fazem o trabalho por conta própria inflacionar-se com a demissão de muitos operários industriais.

As transferências de renda mínima, mais (como na Argentina, ver a dissertação e a tese de Julieta Quirós) ou menos articuladas com a pressão dos movimentos sociais (no Brasil a pressão se dava mais pela distribuição da terra pós-ocupações, e menos na política mais recente da bolsa família), aparecem como importante fator de estímulo ao mercado interno, e podem contribuir para uma atenuação da precarização do trabalho e da pobreza, associadas a outras políticas de valorização salarial, de valorização do trabalho familiar no campo (e na cidade) e de investimentos em educação. Estas políticas contribuíram para a reversão da vantagem do trabalho sem carteira assinada sobre o com carteira assinada nos últimos anos, um forte indicador da qualidade (ou da precarização) do trabalho.

Para além dos importantes aspectos de desvendamento das formas de dominação e exploração implícitas nas diferentes formas de precarização do trabalho, e, por conseguinte, de sua especificação histórica e etnográfica, seria importante também ver os aspectos de subjetivação da experiência de trabalho dos agentes, percebendo também a outra face da dupla verdade do trabalho, a verdade contraditória de sua exploração objetiva e de sua legitimação pelos aspectos identitários e de sociabilidade proporcionados pelo trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

ANTONAZ, Diana. **A Dor e o Sentido da Vida. Um estudo de caso: a ‘nova doença’ das telefonistas do Rio de Janeiro (1980/1990)**. Tese de doutorado no PPGAS-Museu Nacional. 2001

BRANDÃO LOPES, Juarez. **Sociologia Industrial no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1964;

CIOCCARI, Marta Regina. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta; um estudo antropológico sobre uma comunidade de mineiros**. Tese de doutorado no PPGAS-Museu Nacional. 2010

[Digite texto]

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

DE CÁSSIA RUMSTAIN, Ariana. **Peões no Trecho: estratégias de deslocamento e trabalho no Mato Grosso do Sul.** Defendida em 31 de agosto de 2009. Dissertação de mestrado no Museu Nacional – Programa de Antropologia Social.

DE SOUZA PARREIRAS, Oraida Maria Urbanetto. **Colocados no Trecho: trabalhadores-itinerantes na indústria brasileira de papel e celulose.** Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Defendida no dia 28 de janeiro de 2008.

DUMANS GUEDES, André. **No trecho; rompendo pelo mundo. Grandes projetos de desenvolvimento e família no Norte de Goiás,** trabalho apresentado no GT de Antropologia do Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, Belém, agosto de 2010.

GARCIA, A Jr. **Industrialização e relações sociais no campo,** in C.Salm et alli, O Mercado de Trabalho Brasileiro, Estrutura e Conjuntura, Brasília/Rio, Ministério do Trabalho/IEI-UFRJ, 1987, pp. 91-92.

GUEDES, André Dumans. **No trecho; rompendo pelo mundo. Grandes projetos de desenvolvimento e família no Norte de Goiás. En GT de Antropologia do Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, Belém,** agosto de 2010.

LEITE LOPES, Jose Sergio. **El Vapor del Diablo. El Trabajo de los obreros del azúcar.** Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

LEITE LOPES, Jose Sergio ; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; e SILVA Gláucia. **A ambientalização dos conflitos sociais.** Nucleo de Antropología da política, Relume Dumará. 2004.

PALERMO Hernán y RIVERO Cynthia. **Disputas de memorias ante la pérdida traumática del trabajo. Los procesos privatizadores en argentina. En: 27 Reuniao Brasileira de Antropología.** Universidade Federal do Pará-UFPa, Belém. Brasil. Agosto 2010.

RIBEIRO DO ESPÍRITO SANTO, Wecisley. **Trabalho, gênero e lingerie: tradição e transformação nas trajetórias das costureiras de roupas íntimas de Nova Friburgo-RJ.** Fevereiro de 2009. Dissertação de mestrado defendida no Museu Nacional – Antropologia Social.

[Digite texto]

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 8 - 2011

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

RUMSTAIN, Ariana de Cássia. **Peões no Trecho: estratégias de deslocamento e trabalho no Mato Grosso do Sul.** Dissertação de mestrado no Museu Nacional – Programa de Antropologia Social. 2009

TOURAINÉ, Alain e RAGAZZI, Orietta. **Les Ouvriers d'Origine Agricole.** Paris : Le Seuil, 1961.

URBANETTO DE SOUZA PARREIRAS, Oraidia Maria. **Colocados no Trecho: trabalhadores-itinerantes na indústria brasileira de papel e celulose.** Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Defendida no dia 28 de janeiro de 2008.

WECISLEY Ribeiro do Espírito Santo. **Trabalho, gênero e lingerie: tradição e transformação nas trajetórias das costureiras de roupas íntimas de Nova Friburgo-RJ.** Dissertação de mestrado, Museu Nacional – Antropologia Social. 2009.